



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Relatório de Atividades

Grupo de Trabalho Desporto

XII Legislatura

1ª Sessão Legislativa

Coordenador: Deputado

Paulo Cavaleiro

Este Relatório de Atividades foi aprovado na reunião da Comissão de Educação, Ciência e Cultura de 24 de julho de 2012.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Relatório de Atividades

Grupo de Trabalho Desporto

1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura

ÍNDICE

I. Introdução

II. Atividades realizadas pelo GT

1. Audições

2. Audiências

3. Conferência parlamentar

4. Visitas a Centros de Alto Rendimento

5. Discussão e votação na especialidade de propostas de lei

III. Notas Finais

IV. Anexos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

I. Introdução

O [Grupo de Trabalho Desporto](#), constituído na atual sessão legislativa, teve como mandato acompanhar as questões relativas à área do desporto, em especial o projeto Olímpico e Paralímpico Londres 2012 e as políticas de alto rendimento, os programas de generalização da prática desportiva e o Plano Nacional de Ética no Desporto.

Na 1ª sessão legislativa da XII legislatura, este Grupo de Trabalho (GT) foi constituído pelos Deputados Paulo Cavaleiro (PSD) – Coordenador do GT, Pedro Pimpão (PSD), Laurentino Dias (PS), Artur Rêgo (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP).

O GT Desporto apresentou o seguinte Plano de Atividades que foi aprovado pela 8ª Comissão em 25 de outubro de 2011:

Plano de Atividades GT - Desporto XII Legislatura – 1ª Sessão

Mandato:

1. Acompanhamento das matérias relativas à área do Desporto, nomeadamente: ética e violência; alta competição e desporto federado; generalização da prática desportiva.

1.1. Acompanhamento do projeto Olímpico e Paralímpico Londres 2012 e das políticas de alto rendimento:

Audições sectoriais que permitam o acompanhamento do ciclo de preparação olímpica e paralímpica Londres 2012, designadamente com Comité Olímpico de Portugal, Comité Paralímpico de Portugal, Comissão de Atletas Olímpicos e Instituto Português do Desporto e Juventude.

Conferência Parlamentar sobre alto rendimento desportivo, o projeto Olímpico e Paralímpico Londres 2012 e os desafios para os próximos ciclos olímpicos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Visitas a equipamentos ligados ao Alto Rendimento Desportivo e a momentos da preparação olímpica e paraolímpica.

1.2. Acompanhamento de programas de generalização da prática desportiva:

Conjunto de audições a entidades responsáveis pela implementação de programas de generalização da prática desportiva e de Desporto para Todos, incluindo programas de prática desportiva na escola.

Audição Parlamentar sobre programas de boas práticas desportivas e de desporto para todos.

1.3. Acompanhamento do Plano Nacional de Ética no Desporto:

Conjunto de audições a diversas entidades, relacionadas com a implementação do Plano Nacional de Ética no Desporto.

II. Atividades realizadas pelo GT Desporto

Foram realizadas várias das atividades previstas no Plano de Atividades do GT Desporto para esta sessão legislativa. No entanto, deu-se prioridade a tudo o que estava relacionado com o alto rendimento desportivo e a preparação olímpica e paraolímpica para Londres 2012. Também mereceu uma atenção especial por parte do GT Desporto a questão relativa às dívidas dos clubes de futebol e à situação dos profissionais deste setor, temas que não estavam inicialmente previstos, mas que se impunham pela sua atualidade.

1. Audições

Ao longo de toda a sessão legislativa, foram realizadas várias [audições](#) (6) com diversas entidades ligadas ao desporto. Foi dada uma especial atenção ao Projeto Olímpico e Paralímpico Londres 2012, o que não invalidou que o GT Desporto se tenha debruçado sobre outros temas da atualidade. Das audições previstas no plano de atividades, a única que não se realizou foi a do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), pois foi um instituto alvo de fusão (IPJ e IDP) durante



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

este período. No entanto, deverá ser uma das primeiras iniciativas do GT Desporto na próxima sessão legislativa.

Entidades	Assunto	Data
Federação Portuguesa de Futebol	<u>Incumprimento salarial no futebol e a situação dos profissionais</u>	2012-07-19
Liga Portuguesa de Futebol Profissional	<u>Incumprimento salarial no futebol e a situação dos profissionais</u>	2012-06-08
Confederação de Treinadores de Portugal	<u>Projeto Olímpico Londres 2012 e as políticas de alto rendimento</u>	2012-05-03
Comité Olímpico de Portugal	<u>Projeto Olímpico Londres 2012 e as políticas de alto rendimento</u>	2012-03-22
Comissão de Atletas Olímpicos	<u>Projeto Olímpico Londres 2012 e as políticas de alto rendimento</u>	2012-02-16
Comité Paralímpico de Portugal	<u>Projeto Olímpico Londres 2012 e as políticas de alto rendimento</u>	2012-01-26

2 Audiências

Com o objetivo de acompanhar diferentes questões relacionadas com a área do desporto, o GT Desporto realizou as seguintes [audiências](#):

Entidades	Assunto	Data
Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP)	<u>Proposta de Lei n.º 59/XII/1ª - Responsabilidade Técnica pela Direção das Atividades Desportivas</u>	2012-06-29
Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol	<u>Incumprimento salarial no futebol português; a ineficácia do modelo de licenciamento; os impactos na competição desportiva</u>	2012-05-24
Torcida Verde - Associação Leonina para o Desporto e Ocupação de Jovens	<u>Prevenção da violência associada a manifestações desportivas no quadro da Lei n.º 39/2009</u>	2012-03-01

3. Conferência Parlamentar: “O alto rendimento desportivo, o projeto Olímpico e Paralímpico Londres 2012 e os desafios para os próximos ciclos olímpicos”



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A [Conferência Parlamentar sobre “O alto rendimento desportivo, o projeto Olímpico e Paralímpico Londres 2012 e os desafios para os próximos ciclos olímpicos”](#) teve lugar no dia 26 de junho de 2012, no auditório do edifício Novo da Assembleia da República.

Foram oradores convidados desta Conferência José Vicente Moura, Presidente Comité Olímpico de Portugal; Humberto Santos, Presidente do Comité Paralímpico de Portugal; Augusto Baganha, Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ); Jorge Sampaio, Vereador da Câmara Municipal da Anadia; Luís Leal, Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho; Miguel Cardenal, Presidente do Conselho Superior do Desporto e Secretário de Estado do Desporto - Espanha; Rosa Ortega Pardo, Subdiretora-Geral para a Alta Competição do Conselho Superior do Desporto – Espanha e ainda Josep Escoda, Secretário-Geral da Associação Internacional de Centros de Alto Rendimento.

Existe o [registo áudio e vídeo](#), assim como [documentos escritos](#), de todos os contributos e intervenções desta Conferência, que se traduziu num momento de grande importância, permitindo a reflexão e a partilha de informação relativamente ao alto rendimento desportivo em Portugal e também o contacto com o modelo espanhol e com a perspetiva internacional para esta área.

4. Visitas a Centros de Alto Rendimento

O GT Desporto realizou as seguintes visitas no decurso da 1ª Sessão Legislativa:

- Centro de Alto Rendimento do Jamor-Oeiras (20 de junho de 2012);
- Complexo do Centro de Alto Rendimento de Anadia (03 de julho de 2012), onde foi possível conhecer as instalações e assistir às provas do Campeonato da Europa de Ciclismo;
- Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho (13 de julho 2012). Esta última visita permitiu conhecer o Centro Náutico, os equipamentos e edifícios deste centro de alto Rendimento (Piscina/Pavilhão/Pista Atletismo), assim como as residências dos Atletas (Triatlo/Canoagem/Natação) e presenciar provas do campeonato da Europa de canoagem de juniores e sub-23.



5. Discussão e votação na especialidade de propostas de lei

No âmbito da discussão na especialidade de algumas propostas de lei, o Grupo de Trabalho Desporto realizou uma audiência ao Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), representado por António Serra e Pedro Mil Homens, da UTL, por António Figueiredo, da Universidade de Coimbra por Rita Santos, do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP).

Foi realizado um conjunto de reuniões para discussão e votação na especialidade das seguintes propostas de lei:

- [PPL53/XII – “Aprova a Lei Antidopagem no Desporto](#), adotando na Ordem Jurídica Interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem e revogando a Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho”;
- [PPL59/XII – “Aprova o regime da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades desportivas desenvolvidas nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física \(fitness\)](#), designadamente aos ginásios, academias ou clubes de saúde (healthclubs) e altera o Decreto-Lei n.º 271/2009, de 1 de outubro”;
- [PPL63/XII - “Estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto”](#).

Fica o registo da forma eficaz com que o GT Desporto conseguiu dar o seu contributo para o cumprimento dos objetivos pretendidos para a discussão na especialidade destas propostas.

III. Notas finais

O GT Desporto desenvolveu um trabalho muito positivo ao acompanhar de uma forma direta vários temas atuais na área do desporto. Resulta deste trabalho uma melhor perceção das temáticas abrangidas que se traduz numa importante mais-valia para os diferentes grupos parlamentares.

Propõe-se a continuidade deste GT Desporto, de forma a dar seguimento ao trabalho iniciado, dando sequência ao Plano de Atividades aprovado nesta sessão legislativa, entre outras matérias que se venham a entender úteis para o trabalho do GT Desporto.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Propostas futuras de trabalho:

- **Acompanhamento de programas de generalização da prática desportiva:**

Conjunto de audições a entidades responsáveis pela implementação de programas de generalização da prática desportiva e de Desporto para Todos, incluindo programas de prática desportiva na escola;

Audição Parlamentar sobre programas de boas práticas desportivas e de desporto para todos.

- **Acompanhamento do Plano Nacional de Ética no Desporto:**

Conjunto de audições a diversas entidades, relacionadas com a implementação do Plano Nacional de Ética no Desporto.

Assembleia da República, 24 de julho de 2012

_____ (Paulo Cavaleiro)

_____ (Pedro Pimpão)

_____ (Laurentino Dias)

_____ (Artur Rego)

_____ (Miguel Tiago)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

IV. Anexos

- ✓ Ata audição - Comité Olímpico de Portugal;
- ✓ Ata audição - Comité Paralímpico de Portugal;
- ✓ Ata audição - Comissão de atletas olímpicos;
- ✓ Programa Conferência Parlamentar "O alto rendimento desportivo, o projeto Olímpico e Paralímpico Londres 2012 e os desafios para os próximos ciclos olímpicos."
- ✓ Programa visita ao Centro de Alto rendimento do Jamor-Oeiras;
- ✓ Programa visita ao Complexo do Centro de Alto rendimento de Anadia;
- ✓ Programa visita ao Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho;
- ✓ Ata audiência - Torcida Verde – Associação Leonina para o Desporto e Ocupação de Jovens;
- ✓ Ata audição - Confederação de Treinadores de Portugal;
- ✓ Ata audiência - Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol;
- ✓ Ata audição - Liga portuguesa de Futebol Profissional,
- ✓ Ata audição - Federação Portuguesa de Futebol.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

22.março.2012 – 14h15

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: **Comité Olímpico de Portugal (COP)**
Comandante José Vicente Moura (Presidente) e Nuno Delgado

Recebidos por: **Deputados do Grupo de Trabalho do Desporto:** Paulo Cavaleiro (Coordenador), Artur Rego (CDS-PP), Laurentino Dias (PS) e Pedro Pimpão (PSD).

Assunto: Projeto Olímpico Londres 2012 e políticas de Alto Rendimento

Exposição: O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto, Deputado Paulo Cavaleiro, agradeceu a disponibilidade dos representantes do Comité Olímpico de Portugal (COP) para estarem presentes na audição, que se enquadra no plano de atividades do Grupo de Trabalho, que prevê, entre outros, o acompanhamento do projeto Olímpico e Paralímpico Londres 2012 e das políticas de alto rendimento.

O Sr. Presidente do COP agradeceu o convite que lhe foi endereçado e referiu-se, de seguida, ao contrato programa para os Jogos Olímpicos Londres 2012, assinado em 2009, afirmando que as verbas contratadas têm sido transferidas atempadamente, não se registando atrasos nos pagamentos, quer aos atletas, quer aos treinadores.

Afirmou ainda que, relativamente ao ano de 2007, existem menos atletas integrados no nível 1, mas mais integrados nos níveis 2 e 3, o que corresponde à elevação do nível qualitativo médio. Encontram-se já qualificados 56 atletas, mais do que há 4 anos, prevendo-se a participação de cerca de 70 a 75 atletas nos Jogos Olímpicos de Londres. (Em Pequim o número de atletas era de 80). No que concerne às modalidades, regista-se também uma diminuição em relação a Pequim, onde estiveram presentes 20 federações, prevendo-se agora 16 federações. No que diz respeito ao financiamento anual, verificou-se um aumento em relação a Pequim, incluindo no que respeita ao valor das bolsas dos atletas e dos treinadores.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Artur Rego (CDS-PP), que cumprimentou os representantes do COP, a quem dirigiu votos de um bom trabalho.

O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) agradeceu o empenho e o profissionalismo do Comité Olímpico, sublinhando que a participação portuguesa tem sido ímpar, pelo que os Jogos Olímpicos são hoje uma réstia de esperança para os portugueses. Questionou ainda sobre as Esperanças Olímpicas para 2016, sobre a renovação em termos de novos atletas, sobre a forma de ultrapassar o distanciamento dos jogos de equipa dos Jogos Olímpicos e sobre a forma de rentabilização dos Centros de Alto Rendimento.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) colocou algumas questões sobre o projeto Ambição Olímpica, designadamente sobre os custos envolvidos e participação do COP. Perguntou ainda se já foi assinado o Contrato Missão e se o mesmo tem uma fórmula diferente em 2012.

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (Coordenador) solicitou ainda esclarecimentos em relação ao projeto Ambição Olímpica, à forma como podem ser captados mais apoios, sobre o futuro dos apoios ao projeto olímpico e ainda sobre a existência de contrato Esperanças.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Em resposta às questões colocadas, o Presidente do COP sublinhou a importância das Esperanças Olímpicas, que existem desde 2005 e que têm permitido apoiar um grande número de atletas através das federações. Em relação aos desportos coletivos, lembrou que Portugal não participa com nenhum desporto coletivo, o que lamenta, em especial no que diz respeito ao futebol, considerando que seria uma oportunidade para a sua projeção.

Considerou ainda que os Centros de Alto Rendimento (CAR) dispõem de condições para uma preparação adequada dos atletas, pese embora persistam alguns problemas no seu funcionamento diário.

Em relação ao projeto Ambição Olímpica, esclareceu que se trata de uma iniciativa de uma empresa privada, que começará nos Centros de Alto Rendimento e que convergirá, no dia 8 de Julho, no Terreiro do Paço. Esta iniciativa permite mediatizar e financiar os CAR, possibilitando, por outro lado, a despedida dos atletas. Esclareceu ainda que não se trata de uma iniciativa do COP, pelo que não acarretará quaisquer custos para o Comité. No caso de existirem lucros, o COP receberá 5%.

Por último, referiu que o Contrato de Missão não está ainda assinado e fez alusão às dificuldades sentidas em 2011, devido à falta de sponsors. A este respeito, fez referência à reunião havida com o Ministro dos Assuntos Parlamentares e às diligências por este levadas a cabo, que tiveram já como resultado a assinatura de contratos com duas empresas.

A documentação da audição encontra-se disponível na [página da Comissão](#), na Internet.

Palácio de São Bento, 22 de março de 2012

A Assessora
Cristina Tavares



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

26.janeiro.2012 – 14h15

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: **Comité Paralímpico de Portugal (CPP)**

Dr. Humberto Santos
Prof. António Carneiro

Recebidos por: **Grupo de Trabalho do Desporto:** Deputados Paulo Cavaleiro (Coordenador), Artur Rego (CDS-PP), Laurentino Dias (PS), Miguel Tiago (PCP) e Pedro Pimpão (PSD).

Assunto: Projeto Paralímpico Londres 2012

Exposição: O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto, Deputado Paulo Cavaleiro, agradeceu a disponibilidade dos representantes do Comité Paralímpico de Portugal (CPP) para estarem presentes na audição, enquadrando-se a mesma no plano de atividades deste Grupo de Trabalho, que prevê, entre outros, o acompanhamento do projeto Olímpico e Paralímpico Londres 2012 e das políticas de alto rendimento.

O Sr. Presidente do CPP agradeceu o convite e referiu-se a algumas dificuldades com que se debate o Comité no final do seu primeiro ciclo de existência, tendo atingido um défice na ordem dos 230.000 €. Para estes resultados, muito contribuiu a redução de patrocínios, que ficaram aquém das expectativas, e o aumento do número de atletas, que neste momento totalizam 46. Esclareceu ainda que 50% do défice será pago pela área do Desporto e a restante parte pela Segurança Social. A este respeito, defendeu que o financiamento deverá ser assegurado apenas pela tutela do Desporto.

Referiu-se também ao projeto surdolímpico, cujo contrato programa não se encontra ainda definido, considerando que é da mais elementar justiça encontrar financiamento para a preparação destes atletas,

Lamentou ainda a não existência de programa Esperanças Paralímpicas, esperando, no entanto, poderem estar a trabalhar brevemente nesta valência e lembrou o projeto Desporto Feminino, que não teve recetividade, mas que considera fundamental.

Por último, referiu-se à questão da inclusão desportiva, entendendo que é fundamental integrar os atletas com deficiência, nas federações, não devendo os mesmos estar apenas integrados nas associações para atletas com deficiência.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD), que elogiou o esforço na execução do projeto e que colocou algumas questões, designadamente, sobre os mecanismos que estão ao dispor da tutela para o reconhecimento das associações, sobre as dificuldades do CPP, para além do financiamento, e ainda sobre os objetivos dos atletas para a participação em Londres. Questionou ainda sobre o que falhou no projeto Desporto Feminino.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) lamentou a inexistência de contratos programa para os projetos Esperanças, Surdolímpicos e Desporto Feminino, entendendo que reflete a desvalorização destes projetos, por parte da tutela. Questionou ainda sobre se o Governo já demonstrou intenção de alterar a perspetiva para o novo ciclo, no que diz respeito a valores e a prazos.

O Sr. Deputado Artur Rego (CDS-PP) felicitou os representantes do CPP pelo trabalho que têm desenvolvido e quis saber se existe recetividade, por parte do Governo, quanto à assinatura do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

projeto Surdolímpico e ainda se existem resultados das conversações mantidas com as federações, no que à inclusão desportiva diz respeito.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) referiu-se, em primeiro lugar, ao privilégio que teve em acompanhar o nascimento do Comité Paralímpico de Portugal e em trabalhar com o Dr. Humberto Santos. Sublinhou, de seguida, a importância de contratualizar a integração da área do desporto adaptado em cada uma das modalidades, com as respetivas federações desportivas. Em relação ao projeto Esperanças, entende que é fundamental para poder permitir a substituição de atletas com mais idade por outros mais jovens. Por último, questionou sobre o balanço dos patrocínios e dos apoios.

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (Coordenador) solicitou ainda sugestões em relação a novas formas de financiamento e questionou os presentes sobre as federações que não integram ainda paralímpicos.

Em resposta às questões, o Presidente do CPP sugeriu que sejam introduzidos mecanismos de reconhecimento às federações que integrem atletas com deficiência, sublinhando que o CCP seria apenas parceiro, por onde não passaria qualquer financiamento.

Em relação à participação em Londres, e apesar das dificuldades financeiras do CPP, garantiu que os atletas dispõem de todas as condições para treinarem.

Transmitiu também que os projetos Desporto Feminino e Esperanças serão apresentados brevemente à tutela, não tendo ainda iniciado contatos sobre esta questão com a Secretaria de Estado do Desporto e Juventude.

A documentação entregue na audição encontra-se disponível na [página da Comissão](#), na Internet.

Palácio de São Bento, 26 de janeiro de 2012

A Assessora
Cristina Tavares



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

16.fevereiro.2012 – 14h15

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: **Comissão de Atletas Olímpicos**
Nuno Barreto, Paulo Bernardo, Simão Morgado e Ricardo Bendito

Recebidos por: **Grupo de Trabalho do Desporto:** Deputados Paulo Cavaleiro (Coordenador), Artur Rego (CDS-PP), Laurentino Dias (PS), Miguel Tiago (PCP) e Pedro Pimpão (PSD).

Assunto: **Projeto Olímpico Londres 2012 e políticas de alto rendimento**

Exposição: O Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto, Deputado Paulo Cavaleiro, agradeceu a disponibilidade dos representantes da Comissão de Atletas Olímpicos (CAO) para estarem presentes na audição, enquadrando a mesma no plano de atividades deste Grupo de Trabalho, que prevê, entre outros, o acompanhamento do projeto Olímpico Londres 2012 e das políticas de alto rendimento.

Os representantes da Comissão de Atletas Olímpicos (CAO) afirmaram que o projeto olímpico está a decorrer dentro da normalidade, pese embora o atual quadro de restrições.

Referiram-se, de seguida, às principais preocupações da CAO, nomeadamente no que diz respeito às condições de trabalho e a aspetos da sua carreira, preocupações essas que fizeram já chegar ao Secretário de Estado do Desporto e Juventude. Em relação à pós-carreira, entendem que a legislação produzida e revista ficou aquém das expectativas, abrangendo um número muito reduzido de atletas. Fizeram alusão, em particular, aos benefícios de incentivo à contratação de atletas no pós-carreira, esclarecendo que não existem atletas a beneficiar destes apoios, por ausência de mecanismos adequados.

Fizeram ainda referência à legislação relativa ao seguro de vida dos atletas no ativo, aprovada em 2009, lembrando a necessidade da sua urgente efetivação e da contratualização com as seguradoras.

Em relação aos centros de alto rendimento, reconhecem o esforço realizado, entendendo que as suas diversas valências deverão ser postas em funcionamento, para que os atletas possam tirar o máximo partido destes equipamentos. Referiram-se ainda à importância de se criarem condições de estabilidade para os atletas, não apenas ao nível da gestão e dos equipamentos, mas também do apoio técnico.

Abordaram também a questão das interrupções cíclicas no projeto olímpico. Pese embora esteja salvaguardado o pagamento das bolsas até Dezembro de 2012, o que consideram muito positivo, chamaram a atenção para a necessidade de um planeamento a longo prazo, ao nível das bolsas e dos projetos, para que o atleta possa saber com o que conta após as competições.

Referiram-se à necessidade de revisão do regime de incentivos, considerando importante que as empresas vejam no desporto uma forma de se exporem, e que beneficiem de incentivos.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD), que reconheceu que os atletas olímpicos são uma referência no País e no estrangeiro e colocou algumas questões, designadamente sobre a existência de eventuais problemas na preparação dos atletas, sobre a forma como deverá decorrer a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

transição entre ciclos e ainda sobre o modo como deverão ser operacionalizados os normativos aprovados.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) lembrou que o objeto da audição prende-se com o projeto olímpico, considerando que as preocupações apresentadas pela CAO sobre seguros, bolsas, estatuto, enquadramento, entre outras, poderiam ser abordadas numa outra reunião, a agendar oportunamente. Questionou ainda os atletas sobre as condições para a prática desportiva nos centros de alto rendimento, sobre os seus níveis de ocupação e sobre o modelo de gestão que preconizam. Quis ainda saber se os atletas têm propostas de alteração ao programa olímpico.

O Sr. Deputado Artur Rego (CDS-PP) felicitou os atletas pelo nível atingido e colocou algumas questões, nomeadamente sobre a forma como tem decorrido a preparação, sobre os apoios e dificuldades sentidas. Questionou ainda os atletas sobre se consideram que os recursos devem ser canalizados prioritariamente para a base da pirâmide ou prioritariamente para o topo e sobre a estratégia que deverá ser seguida por Portugal, onde as verbas são cada vez mais escassas.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) saudou os atletas olímpicos e agradeceu as questões apresentadas. Disse ainda estranhar as palavras do Deputado Artur Rego, sobre os investimentos na base da pirâmide, tendo em conta as propostas que têm sido apresentadas pelo PCP e rejeitadas pelo CDS-PP.

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (Coordenador) sugeriu a realização de uma nova reunião para debater as questões apresentadas, tendo os representantes da CAO manifestado a sua disponibilidade, preferencialmente em data anterior aos Jogos.

Em relação aos apoios ao alto rendimento, consideram que nunca são suficientes, tendo em conta os apoios concedidos aos atletas de outros países. Afirmaram ainda que não se têm registado atrasos nos pagamentos das bolsas. Pronunciaram-se ainda sobre as verbas contratualizadas, entendendo que os centros de custo ao atleta têm contribuído para que as verbas destinadas a cada atleta sejam, de facto, entregues.

Relativamente aos centros de alto rendimento, consideram que poderão não estar a ser ocupados em pleno, devido a questões práticas ainda não operacionais e que têm impacto direto na vida e preparação dos atletas. Sublinharam ainda a necessidade de existir uma programação a longo prazo para estes centros.

Por último, e no que concerne aos contratos programa, defenderam uma definição mais exata dos mesmos, de forma a evitar dificuldades na sua operacionalização. Reiteraram ainda a necessidade de se definir uma estratégia e um planeamento de longo prazo, que deverá exceder os 4 anos, independentemente do Governo que estiver em funções, por considerarem negativo estar a redesenhar-se sistematicamente a estratégia.

A documentação entregue na audição encontra-se disponível na [página da Comissão](#), na Internet.

Palácio de São Bento, 16 de fevereiro de 2012

A Assessora
Cristina Tavares



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura



Comissão de
Educação, Ciência e Cultura

PROGRAMA

CONFERÊNCIA: O ALTO RENDIMENTO DESPORTIVO, O PROJETO OLÍMPICO E PARALÍMPICO LONDRES 2012 E OS DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS CICLOS OLÍMPICOS

14h00 ACREDITAÇÃO

14h15 SESSÃO DE ABERTURA

José Ribeiro e Castro – Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
Paulo Cavaleiro – Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto

14h30 **O ALTO RENDIMENTO DESPORTIVO EM PORTUGAL, O PROJETO OLÍMPICO E PARALÍMPICO LONDRES 2012 E OS DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS CICLOS OLÍMPICOS**

Comité Olímpico de Portugal – **José Vicente Moura**, Presidente
Comité Paralímpico de Portugal – **Humberto Santos**, Presidente
Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) – **Augusto Baganha**, Presidente

CENTROS DE ALTO RENDIMENTO, DOIS EXEMPLOS/DUAS VISÕES

Centro de Alto Rendimento de Anadia – **Jorge Sampaio**, Vereador da Câmara Municipal de Anadia
Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho – **Luís Leal**, Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

15h30 Debate

16h45 Pausa

17h00 **DESAFIOS DO ALTO RENDIMENTO DESPORTIVO NUM CONTEXTO GLOBAL**

ALTO RENDIMENTO DESPORTIVO, O EXEMPLO ESPANHOL

Miguel Cardenal, Presidente do Conselho Superior do Desporto, Secretário de Estado do Desporto, Espanha
Rosa Ortega Pardo, Subdiretora-Geral para a Alta Competição do Conselho Superior do Desporto, Espanha

ALTO RENDIMENTO DESPORTIVO, PERSPETIVA INTERNACIONAL

Josep Escoda, Secretário-Geral da Associação Internacional de Centros de Alto Rendimento

17h45 Debate

18h30 SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Intervenções dos representantes dos Grupos Parlamentares

Auditório do
Novo Edifício da
Assembleia da República | 26 junho 2012



CONFERÊNCIA



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

**VISITA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA AO
CENTRO DESPORTIVO NACIONAL DO JAMOR**

20.junho.2012

Programa:

- 11h00 – Receção dos convidados – Centro de Alto Rendimento Atletismo
- 11h05 - Intervenção - Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude
- 11h20 – Visita à Nave de Atletismo
- 11h40 – Visita ao Centro de Alto Rendimento Ténis
- 11h50 – Deslocação para o Complexo de Piscinas
- 11h55 – Visita à Sala de Treino Judo e Lutas Amadoras
- 12h00 – Passagem pela Sala de Treino / Passagem pela Unidade de Apoio Clínico
- 12h15 – Visita ao Laboratório de Avaliação e Controlo de Treino
- 12h30 – Visita Sala de Altitude
- 12h35 – Passagem pelas Piscinas
- 12h45 – Visita à Residência de Atletas do Centro de Alto Rendimento – Jamor



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

**VISITA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA AO
CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE ANADIA**

03.julho.2012 - 11h00

Programa:

11:00 Visita ao complexo do Centro de Alto Rendimento de Anadia

12:00 Deputados assistem às provas do Campeonato da Europa de Ciclismo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

**VISITA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA AO
CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE MONTEMOR-O-VELHO**

13.julho.2012 - 16h30

Programa:

16h30 – Receção na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

17h00 – Visita ao Centro Náutico:

- Equipamentos e Edifícios

- Provas - European Canoe Sprint Juniors and Under 23

18h00 – Visita a outros equipamentos do CAR (Piscina/Pavilhão/Pista Atletismo)

18h30 – Visita às Residências dos Atletas (Triatlo/Canoagem/Natação)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

03.mai.2012 – 14h15m

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Confederação de Treinadores de Portugal

José Curado - Presidente da Confederação e Mário Azevedo Gomes – Vice-Presidente

Recebido por: Deputados do Grupo de Trabalho do Desporto, Paulo Cavaleiro (PSD, Coordenador do Grupo de Trabalho), Pedro Pimpão (PSD) e Laurentino Dias (PS).

Assunto: Projeto Olímpico Londres 2012 e políticas de alto rendimento

Exposição: O Presidente da Confederação de Treinadores de Portugal começou por agradecer a audição que lhes foi concedida e manifestou a sua preocupação deixando duas questões para o futuro:

- a) de que maneira a presença portuguesa pode ter impacto nos jogos olímpicos;
- b) as questões da prática desportiva não vivem só do talento, mas também do trabalho, do treino por parte dos atletas, sublinhando a importância dos treinadores a tempo inteiro.

Evidenciou um estudo do impacto da presença portuguesa em Londres e referiu que o futuro assenta na importância da criação de oportunidades e na prática de oportunidades. Acentuou a importância de treinadores de alta qualidade tendo para o efeito dar-lhes condições.

A seguir interveio o Deputado Pedro Pimpão (PSD), que questionou sobre o nível de preparação para os jogos olímpicos em Londres e sob o ponto de vista da Confederação; o que poderá ser preparado?

Na sua intervenção, o Deputado Laurentino Dias (PS) afirmou que a vida de um treinador em Portugal é difícil e a sua precaridade é o dia a dia, sendo muito poucos os que conseguem fazer uma carreira profissional. Questionou ainda que investindo o Estado milhões de euros na preparação da missão olímpica, o que deve este fazer em relação aos treinadores?

Referiu que o investimento no treinador deve criar melhores condições de trabalho e questionou de que forma e o que será necessário fazer pela autoridade pública, para termos da parte dos treinadores uma maior disponibilidade?

O Presidente da Confederação referiu que acompanha a questão dos treinadores há muitos anos assim como a sua regulamentação, tendo observado pela parte dos diferentes governos muita clareza.

Relativamente à carreira dos treinadores aguarda que o DL 248-A /2008 que vai voltar à AR seja votado por unanimidade.

Referiu ainda que espera o reconhecimento social da atividade dos treinadores e que em 2013 estará a circular pelo mundo um estudo orientador neste sentido. “Temos de acreditar no trabalho duro e não na magia do talento” afirmou.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Coordenador Paulo Cavaleiro agradeceu e registou as afirmações do Presidente da Confederação dos Treinadores de Portugal e disse esperar que a situação melhore.

A gravação áudio da reunião está disponível na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 3 de maio de 2012

A Técnica Parlamentar Especialista

Alice Mota Campos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

24.maio.2012 – 13h45

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol
Joaquim Evangelista (Presidente), José Carlos (Vice-Presidente), Tiago Bastos (jurista) e Filipe Santos e Bruno Teixeira (Departamento de Comunicação).
- Recebido por:** Deputados do Grupo de Trabalho do Desporto: Paulo Cavaleiro (PSD, Coordenador), Pedro Pimpão (PSD) e Laurentino Dias (PS).
- Assunto:** Incumprimento salarial recorrente no futebol, ineficácia do modelo de licenciamento e impactos na competição desportiva.

Exposição: O Presidente do Sindicato fez o enquadramento da matéria, referindo que 80% dos clubes de futebol têm salários em atraso, da 1.ª Divisão e de outras, indicando, entre outros, o União de Leiria, o União da Madeira, o Ovarense, o Setúbal e o Leixões. Salientou que os regulamentos são ineficazes e que a Liga de Futebol devia ter maior ação nesta matéria. Fez ainda notar que só um número reduzido de jogadores tem salários muito elevados, enquanto os restantes são trabalhadores com um salário normal.

Mencionou depois que o objetivo da audiência é a dignidade dos jogadores, a viabilidade do futebol e a alteração dos regulamentos, realçando ainda a necessidade de estabelecimento de um acordo de confiança entre agentes, clubes e Liga de Futebol, declarando que o Sindicato está aberto ao diálogo com os restantes parceiros.

Salientou ainda as seguintes questões:

1. A discussão no Conselho do Desporto do [Decreto-Lei n.º 303/99, de 6 de Agosto](#), que define os parâmetros para o reconhecimento do carácter profissional das competições desportivas;
2. A necessidade de haver mais controlo do cumprimento dos regulamentos e de serem aplicadas sanções aos clubes em caso de incumprimento, nomeadamente com perda de pontos e despromoção;
3. A natureza do órgão de licenciamento, referindo que a Liga se comporta como uma entidade patronal e não como um órgão regulador;
4. A criação de fundos de garantia salarial, referindo que a Liga, a Federação e o Sindicato afetaram 100.000€ cada um e criaram um fundo com 300.000€, do qual foram pagos salários aos jogadores do Estrela da Amadora. Informaram ainda que em Espanha os valores do fundo e a atribuição de valores aos jogadores são muito superiores;
5. A necessidade de justiça laboral célere;
6. A intervenção da UEFA e o *fair play* financeiro, que é aplicado às competições europeias. Nessa linha, referiu que a Liga promove o licenciamento dos clubes e há regras e pressupostos financeiros para inscrição dos mesmos, mas torna-se necessário que haja maior controlo, dado que se verifica que por vezes a documentação apresentada pelos clubes não é fidedigna. Propõem ainda a adoção das regras de licenciamento nas restantes competições, em que não há intervenção/licenciamento pela Liga.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

De seguida o deputado Pedro Pimpão (PSD) referiu o estudo feito pela Universidade Católica, a pedido da Liga, sobre a sustentabilidade do setor e o elevado volume de negócios do futebol. Questionou ainda o que entendem que a Liga devia fazer mais, quais as alterações que propõem para o Decreto-Lei n.º 303/99 e que propostas fazem para a criação de um organismo independente para controlo e para a alteração do fundo de garantia salarial.

O deputado Laurentino Dias (PS) salientou que o problema dos atrasos é antigo e que as regras estão definidas e não são cumpridas. Referiu que muitos jogadores têm salários elevados, pelo que a opinião pública não se sensibiliza com o problema. Mencionou que se trata de uma atividade com um elevado valor de negócio e que a situação prejudica a verdade desportiva.

Realçou ainda que há regras de licenciamento dos clubes e que as mesmas não são cumpridas, entendendo que a alteração das regras não resolve o problema se não houver fiscalização. Salientou que o *fair play* estabelecido pela UEFA só é aplicado aos clubes que participam nas provas europeias e não aos restantes. Pronunciou-se no sentido de o Sindicato dever manter a pressão sobre a Liga e a Federação. Propôs ainda que se estabeleça um plano de recuperação dos clubes por um período de médio prazo e que haja maior fiscalização, entendendo que não é necessária a alteração dos regulamentos.

Os representantes do Sindicato referiram o caso do União de Leiria como um mau exemplo nacional e internacional, com impacto público. Propuseram que a Comissão convoque a Liga e a Federação para discutirem o assunto e que lhes peça elementos sobre o mesmo, nomeadamente sobre os clubes, sendo que o Sindicato não tem conseguido que lhes facultem.

Salientaram que pode aceitar-se que as regras que estão estabelecidas são adequadas, mas realçaram que as mesmas não são cumpridas, indicando que os dirigentes desportivos têm de se responsabilizar e de ser responsabilizados pelos seus atos e mencionando que os orçamentos dos clubes são irrealistas e mesmo assim os clubes são licenciados. Referiram ainda que a atividade profissional de futebolista se reveste de grande precariedade. Por último informaram que vão falar com clubes cumpridores para também virem à Comissão.

O deputado Laurentino Dias (PS) referiu que o Governo concede poderes públicos à Federação e à Liga, pelo que pode pressioná-las para cumprirem os regulamentos, tanto mais que recebem apoios do Estado e que faz algum sentido a Comissão ouvir aquelas entidades.

Por último o deputado Paulo Cavaleiro (PSD) referiu que o caso do União de Leiria deu uma má imagem internacional do país e que há necessidade de cumprimento das regras, pelos clubes da 1.ª Divisão e pelos restantes. Informou que a Assembleia da República vai monitorizar a situação e a audição de outras entidades é uma hipótese. Salientou por fim que acredita nas instituições, no movimento associativo e que a situação vai resolver-se.

A gravação áudio da reunião está disponível na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 24 de maio de 2012

A assessora da Comissão

Teresa Fernandes



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

08.junho.2012 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: Liga Portuguesa de Futebol Profissional
Mário Figueiredo – Presidente

Recebidos por: Grupo de Trabalho do Desporto: Deputados Paulo Cavaleiro (Coordenador), Pedro Pimpão (PSD) e Laurentino Dias (PS).

Assunto: Incumprimento salarial no futebol e situação dos profissionais

Exposição: O Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto, Deputado Paulo Cavaleiro, agradeceu a disponibilidade do Presidente da Liga para estar presente na audição, que tem como objetivo analisar a questão do incumprimento salarial no futebol e a situação dos profissionais.

O Sr. Presidente da Liga fez uma [apresentação](#) sobre esta problemática, suscitada pelo Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, recorrendo a alguns dados que resultaram do estudo que encomendou à Universidade Católica Portuguesa - [Competição Fora das 4 Linhas - Reflexão estratégica sobre a sustentabilidade do futebol profissional em Portugal](#).

Começou por fazer o diagnóstico da situação atual, tendo identificado os seguintes aspetos:

- O crescente endividamento do futebol refletiu-se numa estrutura financeira frágil, à medida que sucessivos resultados operacionais negativos foram absorvendo os fundos próprios.
- Atualmente, o ativo de investimento é integralmente financiado por passivos correntes e passivos de financiamento.
- A estrutura de financiamento comporta riscos importantes para os clubes de futebol, os quais são acrescidos pelo cenário de forte restrição ao crédito que se vive hoje em Portugal.
- O modelo de governo dos clubes de futebol não é favorável ao financiamento pelos capitais próprios.

Referiu-se, de seguida, ao papel que a Liga Portugal procura ter de constante intervenção, atualização, fiscalização e melhoramento, apontando os seguintes mecanismos recentemente introduzidos no sentido da sustentabilidade do futebol profissional:

1. Pressupostos de natureza financeira: a candidatura à 1ª Liga implica a entrega de diversos documentos, de entre os quais: parecer do revisor oficial de contas relativo aos orçamentos previsionais, cumprimento das massas salariais e o equilíbrio dos mesmos, comprovativo de dívidas a jogadores e treinadores na época desportiva anterior, certidões comprovativas da situação contributiva regularizada e contas do exercício anterior devidamente certificadas. A este propósito, transmitiu que os processos de candidatura estão ainda a decorrer, mas já é possível verificar uma percentagem de cumprimento acima dos 80% na I Liga.
2. Disposições regulamentares da Liga Portugal: prevê-se um período de controlo a meio da época, para além dos previstos no início e no fim; será punido com a pena de subtração de três pontos o clube que se encontre em mora igual ou superior a sessenta dias no pagamento de remunerações-base e compensações mensais previstas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

3. Outras ações:

- Alargamento da I Liga, permitindo o aumento do potencial de receitas e o acréscimo em termos de transmissão de direitos televisivos;
- Alargamento da II Liga e introdução de equipas “B”;
- Renegociação do contrato de trabalho do trabalhador desportivo;
- Centralização na Liga Portugal dos direitos TV. Os direitos relativos à transmissão televisiva das partidas da I Liga e da II Liga são direitos inerentes e conexos com as competições profissionais de futebol, e como tal, pertencem a todos os clubes e sociedades participantes nessas mesmas competições;
- Receitas dos jogos sociais e apostas on line, que permitem o combate ao jogo clandestino, a proteção dos menores, o combate ao vício e políticas de recuperação dos jogadores viciados, o reforço da integridade, fiabilidade e transparência do mercado de apostas, a prevenção mais eficaz de atividades criminosas comumente associadas ao jogo, entre outros.
- Fair Play Financeiro, com o objetivo de trabalhar no aumento das receitas, efetuar um trabalho profundo do lado das despesas, criar modelos de fair play financeiro mais exigentes, seguindo o mecanismo da UEFA e das ligas estrangeiras.

Referiu-se ainda a um estudo económico encomendado pela Liga e que deverá ficar concluído até 22 de junho, data em que o remeterá à Assembleia da República.

O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) agradeceu a apresentação, que entendeu ser muito relevante, pelos dados que foram disponibilizados e que permitem conhecer a estratégia global da Liga. Felicitou o Presidente pelo esforço no sentido da recuperação da credibilidade financeira do futebol português e considerou muito positiva a integração das equipas B com a obrigatoriedade de integrar jogadores formados localmente. Colocou, de seguida, algumas questões, designadamente sobre a forma de conseguir maior eficácia no controlo e fiscalização, sobre as medidas que estão previstas para introduzir fairplay financeiro, sobre a possibilidade de criação de um plano para a recuperação dos clubes, sobre o reforço do fundo de garantia salarial e questionou ainda se os regulamentos já existentes são eficazes ou se deverá prever-se o agravamento das penas para os clubes que não cumpram.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) manifestou o seu agrado em relação à apresentação efetuada pelo Presidente da Liga, por ter permitido uma panorâmica da situação dos clubes, mas também do futebol português. Pronunciou-se em relação aos salários em atraso, considerando esse o maior problema do futebol português e referiu-se à dificuldade em comprovar que os clubes têm os salários em atraso. Manifestou a sua concordância em relação ao 3º momento de controlo, pese embora possa não resolver o problema, exigindo a avaliação dos pressupostos financeiros uma fiscalização eficaz. Por último, chamou a atenção para o “apertar da malha” em relação aos jogadores portugueses e não em relação aos jogadores importados, constituindo estes, muitas vezes, importações falhadas. Por último, referiu-se ao diferencial brutal das receitas da I Liga (1,8 M€) em relação à II Liga (150.000 €), constituindo a descida de Liga o cadafalso para muitas equipas e solicitou o envio dos documentos a que se referiu o Presidente da Liga.

O Sr. Presidente da Liga agradeceu as considerações simpáticas e, respondendo às questões colocadas, esclareceu que a Liga B com a obrigatoriedade de integrar jogadores formados localmente vai aumentar os custos e só dará resultados a longo prazo. Em relação às regras do fair play financeiro, afirmou que a preocupação da Liga é a de introduzir um sistema que entre em vigor no tempo, com o acordo dos clubes. Disse ainda concordar com a criação de um plano de recuperação do equilíbrio financeiro dos clubes, pelo que manifestou a sua disponibilidade para trabalhar com o Governo ou com a Assembleia da República neste sentido. Referiu ainda que está a negociar com os sindicatos um fundo de solidariedade para fazer face às situações mais complicadas dos jogadores. Em relação às dúvidas levantadas quanto à dificuldade em comprovar que os clubes têm os salários em atraso, esclareceu que é exigido aos jogadores um documento assinado presencialmente, atestando que nada lhe é devido.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (Coordenador) manifestou a sua preocupação em relação à verdade desportiva e referiu-se também à importância de o Estado ser cumpridor, pelo que deve criar mecanismos eficazes de controlo e fiscalização.

A documentação entregue na audição encontra-se disponível na página da Comissão, na Internet.

Palácio de São Bento, 08 de junho de 2012

A Assessora
Cristina Tavares



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

19.julho.2012 – 09h30

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

- Entidade:** **Federação Portuguesa de Futebol**
Fernando Gomes (Presidente); Elísio Carneiro (Vice-Presidente) e Onofre Costa (Diretor de Comunicação)
- Recebidos por:** **Grupo de Trabalho do Desporto:** Deputados Paulo Cavaleiro (Coordenador), Laurentino Dias (PS), Pedro Pimpão (PSD) e Artur Rêgo (CDS-PP).
- Assunto:** **Incumprimento salarial no futebol e situação dos profissionais**

Exposição: O Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto, Deputado Paulo Cavaleiro, agradeceu a disponibilidade do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) para estar presente na audição, que tem como objetivo analisar a questão do incumprimento salarial no futebol e a situação dos profissionais.

O Sr. Presidente da Federação agradeceu o convite e manifestou a sua preocupação em relação à situação de incumprimento salarial, por parte de alguns clubes, defendendo que os compromissos assumidos deverão ser integralmente cumpridos, daí a sua intervenção sistemática, junto dos dirigentes desportivos, quanto ao assumir de responsabilidades nos seus orçamentos. Reconhecendo que esta situação tem de ser enquadrada num contexto mais global de crise económica e financeira, a que acresce a Lei dos Compromissos, admitiu que, na próxima época, alguns clubes poderão fechar as portas devido a problemas financeiros.

Referiu-se às dificuldades do futebol não profissional, decorrentes dos atuais constrangimentos no setor da publicidade e das autarquias e ao aumento das taxas horárias dos agentes policiais, que tornam difíceis as condições de sustentabilidade. Assim, deu ainda conta da criação, por parte da FPF, de um fundo de garantia salarial de 100 mil euros para acorrer a situações mais delicadas, no âmbito das competições não profissionais, prevendo-se também situações regulamentares que penalizem os clubes em incumprimento.

Manifestou ainda a disponibilidade da Federação para, em conjunto com a Liga de clubes e o Sindicato de jogadores, reforçar ou renovar o fundo que já existiu para as provas profissionais, na ordem dos 300 mil euros.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Artur Rego (CDS-PP), que colocou algumas questões, designadamente sobre se, no momento da alteração dos quadros competitivos, foi tida em conta a questão financeira, no sentido de os clubes potenciarem as receitas e diminuírem os custos para entrarem nas competições da FPF, sobre o valor de inscrição dos atletas nas associações distritais, sobre a participação dos atletas profissionais nas 2ª e 3ª divisões e ainda sobre as penalizações para os casos de incumprimento.

O Sr. Presidente da Federação afirmou que o Totonegocio foi pago pelos clubes, que deixaram de receber a verba do totobola. Referiu-se ainda à penalização do Leixões por incumprimento salarial, esclarecendo que tem de existir evidência da situação e tem de haver queixa. Disse ainda que existe



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

regulamentação ao nível do licenciamento do cumprimento dos salários em atraso, faltando apenas a sua aplicação. Em relação à participação dos atletas profissionais nas associações não profissionais, adiantou que são inscritos como atletas amadores, não cabendo à Federação efetuar a fiscalização. Transmitiu ainda que a Federação está a trabalhar no sentido da normalização de procedimentos nas associações.

O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) referiu-se ao estudo da Universidade Católica e da Deloitte, que aponta para um aumento de 500 milhões de euros nas dívidas dos clubes, nos últimos 10 anos, entendendo que o futebol, sendo a modalidade com mais inscritos, deve ser encarado como um esforço coletivo, no que respeita à sua sustentabilidade. Questionou ainda o Presidente da Federação sobre as medidas que devem ser tomadas, no sentido da sustentabilidade do futebol português, sobre a proposta apresentada pelo Sindicato de criação de uma entidade externa para a questão do *fair-play* financeiro e ainda sobre as medidas para a promoção e valorização dos atletas portugueses.

O Sr. Presidente da Federação referiu-se ao endividamento dos clubes, entendendo que acompanhou o endividamento das famílias, das empresas e do Estado, e que se deveu, em grande medida, ao acesso ao crédito em situação favorável. Lembrou ainda que existe o Comité de Auditoria da Liga, que funciona de forma independente. Considerou importante o estabelecimento de regras mais apertadas em relação às competições profissionais, no sentido da sua auto-sustentação e avançou que está em estudo a questão da valorização dos atletas não profissionais e a adoção de regras que incrementem a utilização de atletas portugueses, no sentido de os mesmos poderem vir a representar a seleção nacional.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) referiu-se ao endividamento dos clubes como um problema que acompanha o movimento global, quer a nível europeu, quer mundial. Reconheceu que se têm registado, nos últimos anos, avanços significativos no sentido do cumprimento dos preceitos e afirmou que uma das formas de clarificação desta situação consiste em criar regulamentação e regras objetivas para todos e delimitar o que é profissional e não profissional. Questionou ainda sobre a evolução da discussão desta matéria no Conselho Nacional do Desporto e quanto aos resultados esperados e sobre as consequências, em termos legislativos, dos relatórios apresentados sobre a questão da valorização dos atletas e a proteção das seleções nacionais e dos jovens praticantes desportivos. Reconheceu e enalteceu o papel mais interventivo da Federação Portuguesa de Futebol na reflexão dos problemas do futebol e disse esperar que seja possível avançar no sentido de uma maior controlo orçamental dos clubes e no cumprimento das obrigações com os salários. Referiu-se, por último, aos quadros competitivos, destacando que permitem arrecadar mais receitas e dinamizar os clubes.

O Sr. Presidente da FPF lembrou que o seu mandato tem apenas 6 meses, afirmando que muitos dos seus compromissos foram, no entanto, já cumpridos, designadamente no que diz respeito a dotar as associações distritais e os clubes de melhores condições para o desenvolvimento da sua atividade e a acautelar e manter os 15.000 atletas federados. Por último, referiu que a Federação está a refletir sobre as conclusões dos relatórios, no sentido de implementar algumas das medidas aí propostas.

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (Coordenador) referiu-se à importância da verdade desportiva e à necessidade de o futebol acompanhar o esforço que está a ser feito pelo Estado. Em relação ao *fair-play*, afirmou que as regras existem, bastando fazê-las cumprir. Por último, questionou o Presidente da FPF sobre as expectativas em relação ao jogo on-line.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Em relação a esta questão, o Sr. Presidente da Federação afirmou que o Estado tem sido lesado pela sua utilização indevida, pelo que considerou fundamental que os clubes que veem as suas marcas utilizadas em proveito de outras entidades sejam ressarcidos. Afirmou ainda que a Lei relativa à violência no desporto não carece de revisão, precisando apenas de ser aplicada.

Por último, afirmou que a FPF irá tomar todas as iniciativas ao seu alcance para ir ao encontro das dificuldades sentidas pelos clubes, apelando ao sentido de responsabilidade de todos os agentes - clubes, dirigentes, jogadores e treinadores - para que haja consciência das regras e para que zelem pelo cumprimento das normas.

A documentação da audição encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 19 de julho de 2012

A Assessora
Cristina Tavares